



CURSO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA JUDICIAL

ACADEMIA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO

CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

| | | |
|-----------------------|--|--|
| Data e horário | Aulas presenciais: De 05 a 09 de agosto de 2024. Horário: das 8h às 17h | Coordenadoras do evento Roselaine da Silva Gomes Rosângela Ferreira da Silva anspj@cnj.jus.br Contato: (61) 2326-5010/ 2326-4808 |
| Carga horária | 35 horas-aula | |
| Local | Academia Nacional de Segurança da Polícia Judicial | |
| Público alvo | Policiais Judiciais | |



INSTRUTORES

O instrutor **Agnaldo Dias de Souza** é Agente da Polícia Judicial e atua no TRF 1ª Região. É Certificado pelo Instituto Universidad de La Policía Federal Argentina - IUPFA - no Curso de Maestría en Gestión de Seguridad Pública (*). Analista Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Diplomado pela Escola Superior de Guerra - ESG, no Curso Superior de Inteligência Estratégica - CSIE; Pós-graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), área de estudos Geopolítica e Defesa; Especialista em Gestão da Segurança Pública pela Universidade de Brasília - UNB, e, em Segurança Pública e Defesa Social pela UPIS - Faculdades Integradas de Brasília. Diplomado pela Universidad de Chile no Curso de Extensión Supervisión y Rendición de Cuentas; É graduado em Administração de Empresas e, em Direito, pelo Centro Universitário do Distrito Federal - UniDF; Instrutor de Cursos Presenciais nas áreas de Inteligência e Segurança Judiciária pelo Tribunal Regional Federal da 1 Região desde 1996, e Instrutor de Cursos a Distância, certificado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal - CJF; Certificado pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário - CEAJud e Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário (ANSPJ/CNJ) no curso de Formação de Instrutores do Programa Anual de Capacitação em Segurança Institucional. Precursor de

cursos na área de Inteligência elaborados especialmente para o ambiente institucional do Poder Judiciário. Possui cursos em nível de Aperfeiçoamento Avançado em Operações de Inteligência e Segurança Internacional pela Universidad de Alicante/Espanha - Aluno Especial do Curso de Doutorado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília - UNB (1/2011).

O instrutor **Anderson Ferreira da Silva** é Agente de Polícia Judicial no TJDFT desde 1996, Bacharel em Direito em 2011, Pós Graduado em Direito e Jurisdição pela Escola da Magistratura do DF em 2012, gestor nas áreas de Segurança Orgânica e Transporte à 25 anos, instrutor credenciado pela Escola de Formação Judicial Luiz Vicente Cernicchiaro e também pela Academia Nacional de Polícia Judicial do CNJ, tendo participado recentemente de cursos como : Segunda turma do Curso de Formação de Policiais Judiciais promovido pelo CNJ, Curso de Formação de Formadores, Administração Judiciária, I Curso de Gestão em Segurança Institucional promovido pelo MPDFT, Rádio Comunicação, Operações de Inteligência com Ênfase na atividade de Segurança Judiciária, Gestão de riscos e Técnicas e Tecnologias não letais de atuação Policial.

O instrutor **Antônio Nestório Alves Urani** é Policial Judicial, lotado no TJDFT. Bacharel em enfermagem e especialista em Gestão de Segurança Pública, Atendimento pré-hospitalar e urgência e emergência. No ano de 2021 participou de um curso promovido pelo TJDFT, sobre Gerenciamento de Conflitos para os Agentes de Polícia Judicial com o objetivo de identificar qual a abordagem de comunicação e de negociação será mais efetiva na prevenção e na gestão de conflitos resultantes das suas relações, no ambiente de trabalho. Atua como Professor de Atendimento Pré-Hospitalar em Ambiente Tático (APH-T) e de Resposta Civil a Eventos de Ataque Ativo (CRASE), Resposta Rápida a Eventos Hostis para Policiais e palestrante.

O instrutor **Cleiton Moreira Neiva** é Agente de Polícia Judicial, lotado no TST; Supervisor da Seção de Segurança de Dignitários - SSD/CPOL/SES • Atuação em Instruções de Tecnologia não Letal no TST e no TSE. • Atuação como Instrutor em Segurança Institucional na Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário – CNJ. É bacharel em Direito (2011); Pós-Graduado em direito das famílias e sucessões (2019); Pós-Graduado em direito público (2015); Curso de Instrutor em Operações com Tecnologias não Letais – Condor/2021. Atuou como instrutor na ambientação de novos policiais do TST - 2023.

O instrutor **Daniel Mattos Escobar** é Técnico Judiciário Área Administrativa, Agente de Polícia Judicial. É graduado em Matemática e em Direito; possui especialização em mercados financeiros e em Matemática Financeira e Estatística; possui mestrado em Matemática. Atualmente exerce as atribuições de Chefe da Seção de Segurança de Dignitários no Superior Tribunal de Justiça.

O instrutor **Emerson Alves de Gusmão** é Policial Judicial; Graduado em Estudos Sociais, Pós graduado Segurança Pública, Instrutor Certificado pela Escola de JIU-JITSU JUQUINHA, Professor de jiu-jitsu desde 2007. Policial penal de 2007 a 2011. Campeão mundial de jiu-jitsu em 2014 e 2018. (Faixa preta), entre outros. Curso de instrutor pela Academia Ribeiro. Curso

de intervenção carcerária. Curso combate com arma. Curso abordagem, atualmente instrutor de defesa pessoal e retenção e contra retenção do TJDFT.

O instrutor **Emerson Silva Gomes** é Agente de Segurança Judiciária, lotado no Núcleo de Policiamento Interno do TJDFT. Graduado em Gestão de Segurança Pública (2013), Pós-Graduado em Políticas e Gestão de Segurança Pública (2014), Formado na Escola de Sargento das Armas (ESA) Arma de Infantaria (2001), concluiu ainda a Especialização de Sargento Policial do Exército (2003) realizada no Batalhão de Polícia do Exército de Brasília. É Instrutor de Armamento e Tiro credenciado pela Polícia Federal e graduado na Faixa Preta de Karate-Do (Shotokan). Atua como docente nas disciplinas: Segurança e Proteção de Autoridades, Armamento e Tiro, Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo e Gestão de Segurança Orgânica. Exerceu a função de Supervisor da Polícia Judicial no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios de 2013 a 2022.

O instrutor **Felipe da Silva Hilário** é Policial Judicial e atual no Superior Tribunal Militar. Graduado em Educação Física pela UNB e especialista em direito penal e processo penal. Instrutor Avaliador do Teste de Aptidão Física do Programa de Reciclagem Anual dos Agente de Segurança da Justiça Militar União/JMU nos anos: 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

O instrutor **Hérmane Cardoso Mancio** é Agente de Polícia Judicial. Possui Graduação em Educação Física na Universidade de Brasília UNB e Pós-Graduação em Atividade Física e Saúde na Faculdade Única de Ipatinga. Já atuou como Avaliador na aplicação de Testes de Condicionamento Físico (TCF): TCF DO PRAS (Programa de Reciclagem Anula de Segurança) do STF, TSE e CNJ; auxiliar na aplicação de Testes de Condicionamento Físico (TCF) em bancas de concursos públicos e auxiliar na aplicação de Testes de Condicionamento Físico (TCF) na Policia Militar do Distrito Federal (PMDF). Profissional Registrado no CREF7: CREF7/DF 015952-G/DF.

O instrutor **Jadir da Fonseca Camargos** é Agente da Polícia Judicial no Superior Tribunal de Justiça. É pós-graduado em Direito Administrativo Contemporâneo em Gestão Pública pela UniCeub e participou do Curso de Formação de Instrutores do Programa Anual de Capacitação em Segurança Institucional, promovido pelo CNJ.

O instrutor **Kleber Roberto da Silva Campos** é Agente de Polícia Judicial. Possui graduação em Letras e Pós-Graduação lato sensu em Docência da Língua Inglesa. Atuou como coordenador de transporte e chefe da seção de transportes. Atualmente, está lotado na Coordenadoria de Transporte Institucional.

O servidor **Levi Alves Francisco** é Agente da Polícia Judicial no Supremo Tribunal Federal. Graduado e pós graduado em educação física e segurança pública. Instrutor de judô, defesa Pessoal, bastão retrátil, armamento e tiro e segurança de dignitários. Já atuou como instrutor em diversos cursos da área policial e também como avaliador em teste de aptidão física - TAF - no TST, TRT do Goiás e STF. Profissional Registrado no CREF : CREF 015654-G/DF.

O servidor **Luciano Santana Lopes** é Agente de Segurança Judiciária; Mestre em Atividade Física e Esporte: Universidade de Brasília; especialista em Psicologia do Esporte: Universidade de Brasília; Especialização Marketing de Serviços – Faculdades Integradas Upis; Especialista

em Gestão da Pública – Instituto Educativo – em curso; especialista em Terapia Cognitiva Comportamental – em curso; Psicólogo – CRP 01/11755 e Profissional de Educação Física – CREF 008392-P/DF. Atuação como professor em cursos de Direito, Educação Física, Pedagogia e Serviço Social, em níveis de graduação e pós-graduação. Trabalha como Psicólogo do Esporte com equipes e atletas de esporte individual.

O servidor **Luís Cesar Teixeira de Oliveira** é Agente da Polícia Judicial e atua no CNJ. Graduado em geografia pela Uniceub e pós graduado em segurança pública e defesa social pela UDF. Possui experiência na área de segurança institucional e capacitações específicas nessa mesma área.

O servidor **Marcelo de Oliveira Ribeiro** é Policial Judicial do Tribunal Superior do Trabalho, com experiência em instrutor de armamento e tiro. É formado em Estudos Sociais.

A servidora **Nair de Lima Moreira** é Policial Judicial, com formação em Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal. Já atuou na Secretaria de Segurança Pública do DF, como policial penal e possui experiência na área de segurança pública e institucional. Atuou como Instrutora nos 2º, 4º e 6º Curso de Capacitação em Segurança Institucional CNJ / 2023.

A servidora **Patrícia Queiroz da Silva** é Agente da Polícia Judicial e atua no STF. Bacharel em Educação Física pela UNB e pós graduada em Segurança Corporativa. Já atuou como professora de educação física no SESC Brasília no período de 2005 a 2010.

A servidora **Rosângela Ferreira da Silva** é Técnica Judiciário área administrativa do Tribunal Regional Federal do Trabalho da 23ª Região- TRT23. Já foi Assistente em administração na Universidade Federal de Uberlândia. Possui Graduação: Curso Superior de Tecnologia em Gestão em Recursos Humanos Faculdade Politécnica de Uberlândia Graduou em Dezembro de 2006; Especialização em Gestão organizacional e Desenvolvimento de Talentos Humanos Faculdade Católica de Uberlândia Período: 22/08/2008 a 05/10/2009. Coordenou sete turmas de capacitação da polícia judicial no CNJ em 2023.

A servidora **Roselaine da Silva Gomes** é Policial Judicial Instrutora de armamento e Tiro; atuou como Chefe substituta do Núcleo de Segurança de Dignitários e Capacitação, chefe na Seção de Formação Continuada de Segurança, chefe da Seção de Segurança de Dignitários, no Apoio Administrativo da Coordenadoria de Polícia Judicial. Graduada e Pós Graduada em Segurança Pública; Coordenou várias capacitações voltadas à polícia judicial no TST.

A palestrante **Márcia Cristina Lima Pereira** é Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília (2009: autismo e inclusão escolar), possui graduação em Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília (1991) e especialização em Psicopedagogia (2007). É professora aposentada (08/2022) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF); foi apoio à direção e coordenação pedagógica em escola inclusiva (2018-2022), Gerente de Políticas para Atendimento aos Estudantes com Transtorno Global do Desenvolvimento, Deficiência Intelectual ou Múltipla (2015-2017) na SEEDF, chefe do Núcleo de Transtorno Global do Desenvolvimento da Coordenação de Educação Especial (2014-2015) na sede da SEEDF, tendo atuado (2012-2013) na vice direção de uma escola inclusiva do GDF, foi chefe

do Núcleo de Transtornos Globais do Desenvolvimento da Coordenação de Educação Inclusiva e coordenadora de TGD na Diretoria de Educação Especial da SEEDF. Trabalhou em Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem no suporte ao trabalho docente na Educação Especial até 02/2008. Ao longo de sua experiência como professora, atuou junto a estudantes com Autismo e outros Transtornos Globais do Desenvolvimento, além de crianças com Psicose infanto-juvenis, tendo trabalhado também na formação de professores para esse alunado em cursos e palestras, no DF e em outros estados da federação. No Mestrado, participou do Projeto de Pesquisa: Perturbações do espectro do autismo - perfil do alunado e intervenção educacional na rede pública do Distrito Federal. Descrição: O projeto tem por objetivo principal contribuir para a construção de conhecimento científico sobre as perturbações do espectro do autismo, de modo a promover seu atendimento educacional no ensino público do Distrito Federal, em confluência com a política pública de inclusão escolar. Financiado pela CAPES.



OBJETIVO GERAL

Compreender a atividade de segurança institucional como um conjunto de atividades voltadas a assegurar a entrega de jurisdição. Engloba tanto as ações de proteção à integridade física e moral do magistrado, quanto a do ambiente forense, demonstrando a importância da atuação ética na relação com todos os cidadãos, respeitando a diversidade e refutando toda e qualquer discriminação.



OBJETIVO ESPECÍFICOS

Capacitar agentes de polícia judicial para o correto desempenho de sua função institucional.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- ✓ Polícia Judicial no contexto de segurança institucional

- ✓ Marcadores Sociais na Atuação da Polícia Judicial
- ✓ Polícia Judicial e sua contribuição para a manutenção do Estado Democrático de Direito.
- ✓ Conceituar ambiente forense e compreender as terminologias adequadas à polícia judicial
- ✓ Identificar os meios para proteção do ambiente forense
- ✓ O papel dos atores na garantia da proteção da atividade jurisdicional do ambiente forense
- ✓ Segurança institucional: foco no magistrado
- ✓ Segurança de autoridades
- ✓ Segurança Institucional: execução das técnicas de proteção
- ✓ Conhecer e compreender O Protocolo técnico de interação – pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA
- ✓ Consciência situacional – aspectos doutrinários
- ✓ Consciência situacional – aspectos executivos



METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do plano de trabalho, serão propostas dinâmicas que viabilizem o uso de metodologias ativas com o objetivo de garantir a participação dos alunos, a aplicação de conceitos e a resolução de situações e problemas que permitam a expressão da compreensão acerca do conteúdo proposto e a sua aplicação em situações diferenciadas.



FREQUÊNCIA

A frequência será avaliada pela participação presencial no curso e estará disponível na entrada da sala, devendo ser registrada no início do curso, pelo telefone celular, por meio do QR code.

O servidor que participar de evento interno assume o compromisso de: (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2015, art. 16)

- I – comparecer às aulas no horário determinado, sendo permitido atraso de, no máximo, 30 minutos;
- II – permanecer até o término da aula, sendo permitida, excepcionalmente, a saída nos últimos 30 minutos;
- III – obter a frequência mínima de 80% (oitenta por cento) no evento.



DESISTÊNCIA

A desistência de servidor inscrito no curso deve ser comunicada à DIEDUC em até dois dias úteis antes do início do evento.

A desistência fora do prazo e sem a devida justificativa ensejará a reprovação por falta.



AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Ao longo de todo o curso, serão realizados exercícios e debates para de fixação dos conhecimentos.

Será realizada uma avaliação de aprendizagem contendo 10 (dez) questões objetivas. Cada questão terá o valor de 1,0 ponto e a nota máxima total da avaliação de aprendizagem será de 10,0 pontos.

A nota final obtida na avaliação de aprendizagem, para a aprovação, o aluno deverá obter, no mínimo, 6,0 pontos.



TESTE FÍSICO

A participação no teste de aptidão física – TAF - está condicionado a apresentação do atestado de saúde, confirmando a aptidão do servidor para participar das disciplinas de caráter prático e do teste de condicionamento físico.

Para fins de avaliação do TAF, será considerado o regulamento do Supremo Tribunal Federal, conforme a tabela abaixo:

| MASCULINO | | | |
|--------------|-------------|--------|-----------|
| Faixa Etária | Corrida (*) | Flexão | Abdominal |
| 18 a 25 | 2.200m | 15 | 15 |
| 26 a 35 | 2.000m | 11 | 11 |
| 36 a 45 | 1.700m | 7 | 7 |
| 46 a 50 | 1.300m | 5 | 5 |
| 51 a 55 | 1.100m | 3 | 3 |
| 56 a 60 | 900m | 2 | 2 |
| Acima de 60 | 700m | 1 | 1 |

| FEMININO | | | |
|--------------|-------------|--------|-----------|
| Faixa Etária | Corrida (*) | Flexão | Abdominal |
| 18 a 25 | 1.800m | 13 | 13 |
| 26 a 35 | 1.500m | 8 | 8 |
| 36 a 45 | 1.300m | 5 | 5 |
| 46 a 50 | 1.000m | 4 | 4 |
| 51 a 55 | 600m | 2 | 2 |
| Acima de 55 | 300m | 1 | 1 |

(*) Corrida aeróbica/caminhada em até 12 minutos

(*) Corrida aeróbica/caminhada em até 12 minutos



AVALIAÇÃO DE REAÇÃO

O participante, após assistir o evento, assume o compromisso de preencher o formulário de “Avaliação de Evento”, que será encaminhada por e-mail ou disponibilizado por QR code, logo após o término do curso.

(INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2015, art. 16).

A referida avaliação é de extrema relevância, pois subsidiará as próximas ações de educação.



CERTIFICADO

A emissão de certificado ou de declaração de participação está condicionada a:

- obtenção de, no mínimo, 60% na nota da avaliação de aprendizagem.
- frequência mínima de 80% da carga horária total do evento.
- ser aprovado no Teste de Aptidão Física – TAF ou ter apresentado o atestado médico constando a inaptidão para realização do mesmo.

Não receberá certificado ou declaração de participação o servidor que **não** obtiver a frequência mínima de participação exigida, **ainda que sua ausência tenha sido justificada**.

O certificado será enviado por e-mail assim que estiver disponível.



VESTIMENTA

A vestimenta recomendada a ser utilizada durante os dias do treinamento será o uniforme operacional: calça tática, bota tática e camisa da polícia judicial.

Durante a realização do Teste de Condicionamento Físico, será obrigatória a utilização do uniforme de educação física da polícia judicial (camiseta, calção ou legging) e calçado apropriados.